

Federais apuram tentativa de estelionato contra o Senado

JORNAL DO BRASIL

- 6 AGO 1987

BRASÍLIA — A Polícia Federal está apurando a tentativa de estelionato contra o Senado, praticada pela Centauro — Segurança e Serviços Ltda. — locadora de mão-de-obra para prestação de serviços de limpeza e conservação, através de falsificação de assinaturas.

Ex-prestadora de serviços para o Senado, a Centauro — com sede em Fortaleza — solicitou ao presidente e ao primeiro-secretário da Casa, Humberto Lucena e Jutahy Magalhães, a 26 de março deste ano, reajuste nos valores contratuais, alegando prejuízos em decorrência do aumento salarial dos seus 400 funcionários contratados.

Para justificar o pedido, a empresa apresentou um quadro de evolução salarial entre abril de 86 e março de 87 de cada categoria (serventê de limpeza, garçom, cozinheira, copeira, lavadeira, ascensorista, bombeiro — frentista e lavador de automóvel), com assinatura do presidente do Sindicato dos Empregados de Asseio e Conservação de Brasília, José Machado Filho.

Acontece que as informações, apesar de contidas em papel timbrado do Sindicato, não foram prestadas por ele, estão incorretas e a assinatura do presidente é falsa, como constatou exame grafotécnico realizado pela Polícia Federal.

O sindicato afirma que, mesmo tendo conhecimento das irregularidades desde o dia 6 de abril (através de ofício expedido pelo próprio sindicato), o Senado não cancelou imediatamente o contrato com a empresa. O cancelamento só ocorreu a 15 de julho, quando também foi feito um contrato provisório por mais 45 dias.

José Machado Filho, que entende que o Senado deveria contratar diretamente os servidores, em vez de contratar locadoras de mão-de-obra, ataca: “É lamentável que neste momento em que o projeto de Constituição propõe (artigo 13, inciso XXV) a proibição das atividades de intermediação remunerada de mão-de-obra, o Senado permite a sua prática, e da forma mais irregular possível”.

O primeiro-secretário do Senado, Jutahy Magalhães, se defende: “Eu não podia deixar o Senado abandonado, sem limpeza e manutenção, nem botar 400 pais e mães de família na rua de uma hora para outra”. Além disso, explica que não podia simplesmente rescindir o contrato sob pena de ter que pagar uma indenização altíssima, já que, segundo ele, ainda não se comprovou a tentativa de lesar o Senado. Assim, o cancelamento do contrato foi — palavras do senador — “um desquite amigável”.